



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 20 de junho de 2026

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na sexta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,03%	0,14%	169.649	168.333			R\$ 5,164	15/junho 5,066	R\$ 1.621		R\$ 5,928	14,15%	14,15%	Dezembro/2025 0,33				
São Paulo	Nova York	16/6	17/6	18/6	19/6	(-0,2%)	16/junho 5,086						Janeiro/2026 0,33				
							17/junho 5,107						Fevereiro/2026 0,70				
							18/junho 5,175						Março/2026 0,88				
													Abril/2026 0,67				

CRIMES FINANCEIROS

Governo monta ação contra bets ilegais

Ministérios da Fazenda e da Justiça vão bloquear recursos de empresas que operam apostas eletrônicas sem fiscalização

» RAPHAEL PATI

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou ontem um decreto que restringe a movimentação financeira de empresas que operam sites e aplicativos com apostas ilegais. O objetivo do governo é asfixiar financeiramente essas bets, com o bloqueio de contas em instituições onde essas empresas movimentam valores obtidos irregularmente.

De acordo com o Palácio do Planalto, os mecanismos são semelhantes aos utilizados para asfixiar o crime organizado e também fazem parte da Lei Antifacção, aprovada no Congresso Nacional no último mês de março. O novo decreto prevê que recursos confiscados das bets nessas instituições financeiras sejam transferidos ao Fundo Nacional de Segurança Pública, que também atua no combate contra esses crimes. A medida foi divulgada em entrevista coletiva que contou com a participação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, e do ministro da Fazenda, Dario Durigan.

“Nós estamos tomando uma iniciativa muito importante, tivemos a oportunidade de estar com o presidente quando ele assinou o decreto. (...) Ele (Lula) expressou a convicção de que esse é um largo passo nesse combate às bets ilegais”, disse o ministro da Justiça. Durante a entrevista coletiva, Wellington Silva citou dados sobre a atuação dos sites de apostas no país durante a apresentação. Segundo a pasta, as bets ilegais representam entre 41% e 51% das plataformas. O governo já bloqueou mais de 40 mil sites de bets que atuavam de maneira irregular.

Além disso, o ministro destacou que as apostas custam ao país cerca de US\$ 38,8 bilhões por ano em perdas econômicas e sociais. Cerca de 80% disso se refere a danos à saúde. A maior parcela dos apostadores (69%) são jovens (entre 18 a 19 anos) de baixa renda (até 2 salários mínimos). “Tudo isso evidencia o relevo da nossa iniciativa.

Então, não é trivial esse esforço que o governo federal faz, antes pelo contrário, ele é muito robusto e complementar de tantas outras iniciativas que vêm sendo adotadas”, acrescentou o chefe da pasta.

50 mil sites

Por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda, o governo federal identificou quase 50 mil sites e aplicativos de bets ilegais, que já foram derrubados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo a pasta, no entanto, havia apenas cerca de 350 operadores por trás dessas plataformas. A SPA também identificou que esses 50 mil sites possuem ou tinham contas em 27 instituições financeiras, que envolvem sobretudo fintechs ou instituições de pagamento com pouca ou baixa supervisão. Com o novo decreto, a secretaria poderá formalizar a irregularidade por meio de um auto de constatação, que registra e fundamenta a exploração ilegal.

“São sobre essas 27 instituições financeiras que hoje há um comunicado do Ministério da Fazenda para os órgãos competentes, seja a Polícia Federal, seja os ministérios públicos, seja o Coaf, seja o próprio Banco Central, seja a própria Secretaria da Receita Federal. E a partir dessas notificações e avisos é que essas operações vão começar a acontecer com mais frequência no país”, explicou o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Após a emissão dos autos sobre a atividade de bets ilegais, a Secretaria deve notificar as instituições financeiras e de pagamentos para que bloqueiem, em até 24 horas, os valores existentes e interrompam novas transações relacionadas à plataforma que opera irregularmente. A partir da notificação, essas instituições têm 48 horas para reportar o cumprimento da medida, que também será supervisionada pelo Banco Central.

Após a fase de atuação e notificação, que é conduzida pela Fazenda, a instauração e a condução dos processos administrativos ficam

Mercado ilegal

Fora da regulamentação aprovada em 2024, as bets ilegais representam um risco ainda maior aos apostadores, em danos financeiros e de saúde, além de ferir a própria economia brasileira.

- As bets ilegais representam em torno de **41% a 51%** das plataformas
- O governo federal já bloqueou cerca de **40 mil** sites de bets
- **25,1 milhões** de brasileiros apostam em bets ilegais
- **1 em cada 4** brasileiros joga todos os dias
- Mais da metade joga ao menos uma vez por semana
- As apostas custam ao país cerca de **US\$ 38,8 bilhões** por ano em perdas econômicas e sociais. Cerca de **80%** disso se refere a danos à saúde
- **69%** dos apostadores são jovens (entre **18 a 19 anos**) de baixa renda (até **2 salários** mínimos)



PASSO A PASSO DA FISCALIZAÇÃO

- 1** Após identificar uma bet ilegal, o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas, notifica instituições financeiras e de pagamentos para que bloqueiem, em até 24 horas, valores existentes em contas ligadas a apostas ilegais e interrompam novas movimentações financeiras.
- 2** O Ministério da Justiça dá início a um processo administrativo, pelo Ministério da Justiça. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) notifica a parte envolvida, que deverá apresentar defesa. Poderá haver diligências.
- 3** Concluída a fase de instrução do processo, o Ministério da Justiça remete os autos à Advocacia-Geral da União. A AGU, por sua vez, prepara o ajuizamento de uma ação judicial.
- 4** Segundo o decreto, após decisão judicial, os valores bloqueados serão direcionados para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Valdo Virgo/CB/D.A Press

sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que notificará a parte envolvida para apreensão sua impugnação, de acordo com o decreto.

Durante esse processo, podem ser realizadas diligências e requisições de documentos e informações a instituições financeiras e entidades públicas. Também fica sob o guarda-chuva do MJSP a adoção das medidas necessárias à

instrução do processo, inclusive a produção de provas para o esclarecimento dos fatos, observados o contraditório e a ampla defesa. “Meu compromisso, o compromisso do ministro Wellington, do presidente Lula, é com tolerância zero ao jogo ilegal e um chamado cada vez mais rigoroso para que as empresas regulares, as empresas que cumprem com a lei brasileira, nos ajudem a proteger as nossas famílias o quanto mais”, acrescentou Durigan.

Apoio do setor

Outra medida publicada ontem pelo Ministério da Fazenda é uma portaria que estabelece os procedimentos para a responsabilização tributária solidária de instituições financeiras, de pagamento e instituições de pagamento que contribuam para a exploração de bets irregulares. Segundo o ministro da Fazenda, a SPA também será responsável por notificar essas instituições tão logo for percebida essa

A indústria clandestina de apostas expõe consumidores a riscos, sonega impostos e gera concorrência desleal em relação às empresas que cumprem as exigências regulatórias brasileiras. As ações anunciadas representam um passo importante no fortalecimento do mercado regulado de apostas”

Plínio Lemos Jorge, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL)

movimentação. A atuação serve para informar que elas são consideradas responsáveis por eventuais obrigações tributárias que passarem a incidir.

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) manifestou apoio às medidas anunciadas pelo governo federal e considera um “avanço na proteção do mercado regulado”. A entidade acredita que o decreto é resultado de um processo contínuo de cooperação institucional entre a SPA com os representantes do setor regulado e demais atores envolvidos na regulamentação do setor.

“A indústria clandestina de apostas expõe consumidores a riscos, sonega impostos e gera concorrência desleal em relação às empresas que cumprem as exigências regulatórias brasileiras. As ações anunciadas representam um passo importante no fortalecimento do mercado regulado de apostas”, comentou presidente da ANJL, Plínio Lemos Jorge.

MOVE BRASIL

Motoristas de aplicativo terão R\$ 30 bi

» PEDRO JOSÉ*

Motoristas de aplicativo e taxistas já podem acessar uma nova linha de crédito voltada à compra de veículos novos. O Move Brasil, ou BNDES Move Motoristas, disponibiliza até R\$ 30 bilhões em financiamentos com juros reduzidos para profissionais do transporte individual de passageiros.

Do total de recursos, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reservou, no mínimo, R\$ 3 bilhões para mulheres e R\$ 3 bilhões para taxistas, com destinação exclusiva a esses públicos. Esses valores, no entanto, podem ser ampliados conforme a demanda, informou o banco em nota.

A operação será feita por instituições financeiras credenciadas.

Motoristas de aplicativo e taxistas com cadastro aprovado na plataforma do Move Brasil podem procurar concessionárias com veículos na lista de financiáveis para iniciar a análise de crédito. A partir do pedido encaminhado pela concessionária, o banco parceiro avalia o perfil do solicitante e, se houver aprovação, finaliza a contratação dentro das condições do programa.

“O Move Brasil vai permitir a milhares de motoristas renovar ou ter seu instrumento de trabalho. Quem hoje paga semanalmente por um carro alugado vai passar a investir em um patrimônio que é seu, o que significa mais autonomia, mais independência e potencialmente mais renda no fim do mês”, afirmou, em nota, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. “Para as mulheres, os juros

são ainda mais reduzidos, estimulando sua participação numa atividade em que ainda são minoria”, acrescentou o executivo.

Podem participar do Move Brasil motoristas de aplicativo que mantenham cadastro ativo na mesma plataforma há pelo menos 12 meses e tenham realizado, no mínimo, 100 corridas nesse período. Taxistas devidamente registrados e em atividade também estão aptos a solicitar o benefício.

O financiamento contempla exclusivamente veículos novos de até R\$ 150 mil. Os modelos devem atender a critérios de sustentabilidade, incluindo carros flex, híbridos flex, elétricos ou movidos exclusivamente a etanol. Além disso, os automóveis precisam ser produzidos por montadoras habilitadas no Programa Mover.

As condições de crédito variam conforme o perfil do solicitante. As taxas de juros podem chegar a 0,99% ao mês para homens e a 0,91% ao mês para mulheres. Além dos juros reduzidos, as motoristas podem incluir no financiamento equipamentos adicionais de segurança para os veículos.

O prazo de pagamento do financiamento poderá chegar a 72 meses, com possibilidade de até seis meses de carência antes do início das parcelas.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Move Brasil já oferece linhas especiais para caminhões, ônibus e implementos rodoviários, com recursos da União via Tesouro Nacional.

* Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Protesto de motoristas de aplicativos: chance de renovar frota